

COINTER PDVGT 2020

IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE GESTÃO E TECNOLOGIAS

Edição 100% virtual | 02 a 05 de dezembro

ISSN:2596-0857 | PREFIXO DOI:10.31692/2596-0857

A GESTÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE: O CASO DE QUATRO ESCOLAS EM SURUBIM, PERNAMBUCO

GESTIÓN ESCOLAR Y EDUCACIÓN AMBIENTAL PARA LA SOSTENIBILIDAD: EL CASO DE CUATRO ESCUELAS EN SURUBIM, PERNAMBUCO

SCHOOL MANAGEMENT AND ENVIRONMENTAL EDUCATION FOR SUSTAINABILITY: THE CASE OF FOUR SCHOOLS IN SURUBIM, PERNAMBUCO

Apresentação: Comunicação Oral

Jéssica Novaes da Silva¹; Thaynara Souza Alves²; Guilherme Jose de Vasconcelos Soares³

RESUMO

O presente trabalho realiza uma análise sobre a implantação da Educação Ambiental (EA), no ambiente escolar, por gestores públicos e privados à luz da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e aponta a Educação Ambiental como instrumento para o alcance da sustentabilidade. Diante do contexto ambiental, no qual se presencia o aumento da degradação do meio ambiente, é perceptível a necessidade de novas posturas para que, de fato, haja conservação do meio ambiente e qualidade de vida. A lei afirma que a EA é um componente essencial e permanente na educação nacional e deve ser promovida em todas as modalidades de ensino, seja em instituições públicas ou privadas. Diante do exposto, esta pesquisa teve como objetivo verificar como a gestão de duas escolas, uma pública e outra privada, no município de Surubim, implementam EA. Para o alcance desse objetivo, foram realizadas pesquisas bibliográfica e empírica. Os resultados alcançados mostram que as gestões públicas bem como a gestão privada reconhecem a pertinência do tema no ambiente escolar, porém essa temática é pouco trabalhada e não há capacitação dos professores para a inserção do tema na escola. Dessa forma, conclui-se que é relevante os gestores conhecerem a política para fomentar o trabalho da questão ambiental no contexto escolar, almejando construir sociedades sustentáveis.

Palavras-Chave: Gestão Escolar, Educação Ambiental, Sustentabilidade

RESUMEN

El presente trabajo analiza la implementación de la Educación Ambiental (EA), en el ámbito escolar, por parte de los gestores públicos y privados a la luz de la Política Nacional de Educación Ambiental (PNEA) y apunta a la Educación Ambiental como un instrumento para lograr la sostenibilidad. Ante el contexto ambiental, en el que se incrementa la degradación del medio ambiente, se nota la necesidad de nuevas actitudes para que, de hecho, haya conservación del medio ambiente y calidad de vida. La ley establece que la EA es un componente esencial y permanente en la educación nacional y debe ser promovida en todas las modalidades de enseñanza, ya sea en instituciones públicas o privadas. Dado lo anterior, esta investigación tuvo

A GESTÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE

como objetivo verificar cómo la gestión de dos escuelas, una pública y otra privada, en el municipio de Surubim, implementa EA. Para lograr este objetivo, se realizaron investigaciones bibliográficas y empíricas. Los resultados alcanzados muestran que tanto las administraciones públicas como la gestión privada reconocen la relevancia del tema en el ámbito escolar, sin embargo este tema está poco trabajado y no hay formación para que los docentes inserten el tema en la escuela. Así, se concluye que es relevante para los gestores conocer la política para incentivar el trabajo de la temática ambiental en el contexto escolar, con el objetivo de construir sociedades sustentables.

Palabras Clave: Gestión escolar, Educación ambiental, Sostenibilidad

ABSTRACT

The present work analyzes the implementation of Environmental Education (EA), in the school environment, by public and private managers in the light of the National Environmental Education Policy (PNEA) and points out Environmental Education as an instrument for achieving sustainability. In view of the environmental context, in which there is an increase in the degradation of the environment, the need for new attitudes is noticeable so that, in fact, there is conservation of the environment and quality of life. The law states that EA is an essential and permanent component in national education and must be promoted in all teaching modalities, whether in public or private institutions. Given the above, this research aimed to verify how the management of two schools, one public and one private, in the municipality of Surubim, implement EA. To achieve this goal, bibliographic and empirical research were carried out. The results achieved show that public administrations as well as private management recognize the relevance of the theme in the school environment, however this theme is little worked on and there is no training for teachers to insert the theme in school. Thus, it is concluded that it is relevant for managers to know the policy to encourage the work of the environmental issue in the school context, aiming to build sustainable societies.

Keywords: School Management, Environmental Education, Sustainability

INTRODUÇÃO

No decorrer dos tempos, especificamente, a partir da década de 60, ocorreu uma série de desastres ambientais provocados pelo desencadeamento dos processos industriais, tais como: explosões de tanques, de reatores; derramamentos de substâncias químicas; o agravamento da poluição, etc. Atualmente, a situação permanece, pois o ser humano desdenha do meio ambiente com a retirada excessiva dos recursos naturais sem a reposição correta, polui gradativamente com seus processos industriais, visando suas produções e o capital. Diante dessa problemática, é imprescindível mudanças no comportamento, nos valores que o indivíduo possui sobre o meio ambiente. Nesse aspecto, a educação é percebida como, um instrumento transformador capaz de construir novos conhecimentos, habilidades, valores e princípios que norteiam o indivíduo a praticar ações que mitiguem a agressão ao meio ambiente.

Para Gadotti (1998) não adianta ler e obter informações sobre a degradação do meio ambiente sem um processo educacional. O mesmo afirma que o Estado tem responsabilidade na implementação da Educação Ambiental formal e informal, porém, sem a participação da comunidade, a ação do Estado é limitada. Desta forma, as ações das pessoas e das sociedades

são decisivas. Por isso, é imprescindível a formação de sociedades conscientes sobre sua participação a favor do meio ambiente.

A educação é vista como um meio para disseminar a responsabilidade que temos com o meio ambiente. Manzo e Diniz (2004 *apud* ABÍLIO *et al*, 2010), afirmam que a escola é o local adequado para que projetos de cunho educativo, voltados ao meio ambiente, sejam desenvolvidos. Em vista disso, é de suma importância que os educadores possuam formação complementar a sua área, para que sejam capazes de mostrar aos discentes a integração que o homem tem com o meio ambiente e que são integrados a natureza, desse modo, são sensibilizados a perderem a noção de dominação do ambiente. Logo, o gestor tem o papel fundamental de promover essa temática na escola e incentivar seus professores a utilizarem adequadamente todos os meios necessários para o desenvolvimento desse tema no ambiente escolar ou até mesmo fora dele.

Para a aplicação da temática ambiental, no âmbito escolar, se faz pertinente à implementação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que traz diretrizes relevantes para a efetivação dessa temática nas escolas como também nas comunidades. A Educação ambiental (EA) é tida como um processo que envolve o cidadão e a sociedade para juntos criarem valores que tragam benefícios ao meio ambiente de modo a conservá-lo um bem comum necessário para a sustentabilidade da vida (BRASIL, 1999).

A Lei em estudo destaca que a Educação Ambiental é tida “como componente essencial e permanente da educação nacional”, qualificando o direito à educação ambiental que toda população possui (BRASIL, 1999). A referida lei aponta que em todas as modalidades de ensino, o processo educativo ambiental deve estar presente, em âmbito formal e não-formal e tem natureza interdisciplinar.

Sendo assim, este artigo tem por objetivo geral evidenciar como a gestão escolar implementa a EA à luz da lei 9. 795/99 na Escola Municipal Professor Doutor Amaro Fernandes de Oliveira Sobrinho (Escola Municipal 1), bem como numa escola privada 1 (Escola Pequenos Brilhantes); na Escola Estadual Severino Farias (Municipal 2) e na escola Privada 2 (Escola Caminho do Saber). Para tal, traçaram-se alguns objetivos como expor a Política Nacional de Educação Ambiental, conhecer como a gestão escolar implanta a Educação Ambiental, apontar a Educação Ambiental como instrumento para o alcance do Desenvolvimento Sustentável, bem como propor ações de Educação ambiental caso necessite.

GESTÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A GESTÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE

De acordo com Luck (2009), a gestão escolar está embasada no ato de coordenar as ações da cultura escolar em harmonia com as diretrizes e políticas públicas da educação, para que o projeto político-pedagógico seja implementado de acordo com os princípios da democracia. Seu objetivo é favorecer a articulação e a organização de todas as condições necessárias para o desenvolvimento dos processos socioeducacionais. É tida como uma dimensão pertinente a educação, pois é através dela que a escola e os problemas são observados e se pesquisa alguma solução de acordo com a visão estratégica.

Na perspectiva de Wolff (2014), o gestor, atualmente, busca valorizar os agentes sociais da escola, estimula a participação coletiva e contribui para que se tenha um ambiente com qualidade. No ambiente escolar, existem relações amigáveis entre diretores e funcionários. A gestão, por sua vez, busca qualidade no ensino. Porém, qualidade também significa se preocupar com a educação ambiental, que por meio de projetos, os seus membros serão valorizados pessoalmente e profissionalmente em sua realidade escolar e comunitária. Incumbe ao gestor envolver todos os pontos pertinentes para que se tenham projetos de educação ambiental, almejando a sustentabilidade dentro da escola. Para tal, é necessário que todos os públicos sejam alcançados. Neste sentido, é viável a formação de projetos na área ambiental para que se atinja o objetivo, que é a mudança no comportamento dos seres humanos concernente ao meio ambiente. A Educação Ambiental é uma ferramenta que aperfeiçoa a responsabilidade, a qual implica a construção de valores ambientais que criarão diretrizes internacionais para se conservar e melhorar o meio ambiente. A autora frisa que isso é possível porque a mesma é uma que pode oferecer condições ideais para o estabelecimento de novas relações com o meio ambiente.

Para Abílio e Machado (2010), os temas voltados ao meio ambiente precisam estar implantados como componente curricular nas escolas para que os estudantes identifiquem a relevância de se preservar os recursos naturais. Eles são os agentes transformadores dos recursos naturais em bens usáveis e, portanto, devem ter conhecimento para conservarem esses recursos para as gerações presente e futuras. Logo, o gestor tem o papel fundamental de incentivar a prática da consciência ambiental em todo o ambiente escolar, que conforme o MEC (Ministério da Educação e Cultura) pode ser trabalhada através da: modalidade presencial, na qual há formação continuada e material didático; modalidade à distância; ações estruturantes através do Com-vidas; e modalidade difusa, que trabalhe conferências ambientais nas escolas.

A Lei de Diretrizes e Bases está associada às questões ambientais, pois no seu Art. 32 é frisado que o ensino fundamental deverá ter como objetivo a compreensão do meio ambiente como também do meio social e político, das artes, valores em que a sociedade está embasada.

Nesse sentido, o Art. 36 da lei referida, aponta a obrigatoriedade do ensino médio e o ensino fundamental de terem conhecimento sobre as regiões locais da sociedade, tanto o físico como natural, não excluindo a dimensão política (MEC, 1996).

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - PNEA

A política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/99, apresenta a Educação Ambiental como um instrumento imprescindível a todos os níveis e modalidades de educação, seja caráter formal e não-formal. A Política possui como Órgão Gestor, dois ministérios, o Ministério da Educação e Cultura e o Ministério do Meio Ambiente. O MEC é representado pela Coordenação Geral de Educação Ambiental, da Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. O Ministério do Meio Ambiente é representado pela Diretoria de Educação Ambiental, na Secretaria Executiva. O Órgão Gestor tem como missão desenvolver a Educação Ambiental com o objetivo de formar sociedades sustentáveis com pessoas satisfeitas em todo o país. Portanto, isso só acontecerá se houver um diálogo entre a sociedade e o Estado. Para tanto, é necessária uma integração com uma política estruturante que permitem que as pessoas tornem-se educadoras ambientais de si mesmas (PRONEA, 2007).

É de responsabilidade do Poder Público integrar a dimensão ambiental em todos os níveis de escolaridade, bem como comprometer a sociedade na melhoria do meio ambiente, promovendo assim, a Educação Ambiental (Brasil, 1999). Na implementação de suas ações, envolvem organizações não governamentais, Unidades da Federação e dos municípios, instituições públicas e privadas dos sistemas de educação. A EA inclui a educação básica, educação especial, educação profissional, educação de jovens e adultos e a educação superior (Marra, 2007).

As atividades vinculadas à PNEA devem ser elaboradas tanto na educação escolar como também na educação em geral, seguindo algumas linhas, tais como: elaboração de pesquisas, experimentações e estudos; capacitação de recursos humanos; divulgação e produção de material educativo; acompanhamento e avaliação (PRONEA, 2007).

EDUCAÇÃO AMBIENTAL FORMAL E INFORMAL

A Lei nº 9.795/99 afirma que a Educação Ambiental possui caráter formal e informal. O artigo 9º da lei referida, afirma que o caráter formal é tido como a educação aplicada nos currículos das instituições de ensino privada e pública, “englobando: I – educação básica, II –

A GESTÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE

educação superior, III – educação especial, IV – educação profissional, V – educação de jovens e adultos.” (Brasil, 1999).

No que tange ao âmbito escolar, o Ministério da educação tem a responsabilidade de assistir às comunidades escolares de forma que haja a formação de educadores ambientais. Portanto, para que se cumpra esse papel, foi criado o programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas” tendo uma visão de mudança contínua. Este programa possui práticas que se integram, ininterrupta e transversal a todas as disciplinas. Desse modo, essas práticas estão baseadas em quatro modalidades: ações estruturantes, educação à distância, presencial e difusa. As ações estruturantes têm a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na escola, o Com-vida, surge com o objetivo de agrupar professores, funcionários, alunos nas escolas para pensarem e agirem a favor do meio ambiente. Isto é, é um incentivo para trabalhar projetos que permitam a relação entre escola e comunidade.

A modalidade educação à distância envolve a tecnologia da informação e a comunicação. Ambas abrem o caminho para a inclusão e a cidadania digitais trazendo consigo inteligência coletiva, memória infinita, interatividade entre os jovens e professores de outras localidades. Permite pensar e agir globalmente. Já a modalidade presencial está voltada para a formação de professores, seja a partir do magistério ou das licenciaturas como também para os professores em serviços. É relevante para esta formação, a realização de encontros e seminários que aprofundarão o conhecimento, como também o uso de algumas metodologias de projetos de intervenção e a utilização de pesquisa-ação-participativa.

A partir desses encontros, os professores são estimulados para refletirem acerca da educação e do meio ambiente, priorizando assim, o exercício da cidadania quanto ao zelo pelos bens ambientais e visando a responsabilidade coletiva. Por último, não menos importante, a modalidade difusa que trabalha através de campanhas pedagógicas com o uso dos meios de comunicação de massas. Esses tipos de campanhas têm grande repercussão e conseqüentemente se amplia a mobilização e participação da sociedade. As Conferências são exemplos de difusa, pois abre espaço para milhões de pessoas participarem e proporcionam soluções e ações a respeito dos problemas locais e globais (PRONEA, 2007).

De acordo com Reis *et al* (2012) para se atingir os objetivos e princípios da lei em estudo, deve haver uma formação complementar às áreas de atuação dos professores. A Educação Ambiental não pode ser disciplina específica no currículo de ensino, porém abre-se uma exceção no que tange aos cursos de pós-graduação, nas áreas voltadas ao seu aspecto metodológico e nos cursos de ensino superior. Por sua vez, a Educação Ambiental informal é definida como “as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre

as questões ambientais e a sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.” (MEC, 2007).

Neste sentido, o Ministério de Educação afirma que o poder público federal, estadual ou municipal têm o dever de disseminar essa temática ambiental por meio de programas que a desenvolvam, utilizando os meios de comunicação de massa que informe a população sobre o meio ambiente, obter parcerias com empresas públicas e privadas, escolas, universidades no desenvolvimento de programas que a expandam.

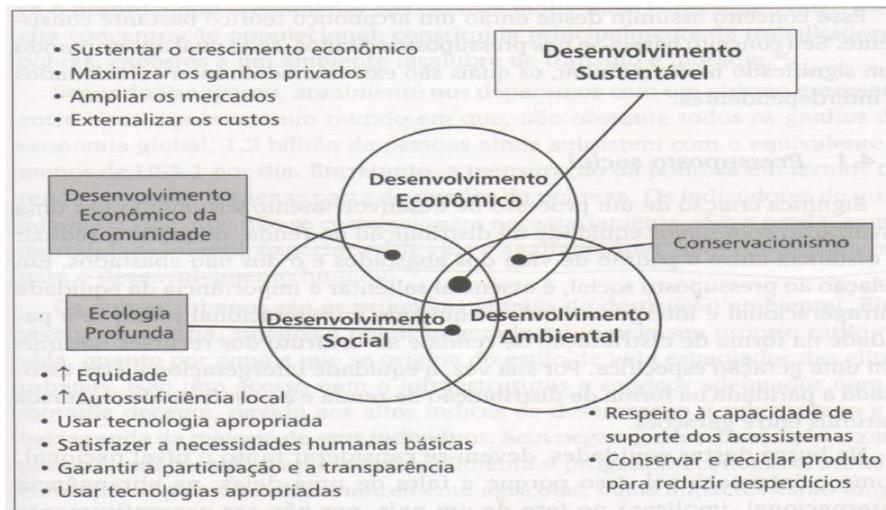
Portanto, é relevante aprimorar uma educação voltada para o desenvolvimento das pessoas, tendo-as como agentes construtores de uma sociedade crítica e participativa, em uma perspectiva ambiental. Neste sentido, a Educação Ambiental é a que prepara cidadãos para reivindicar justiça social, ética e cidadania com a natureza como também nas relações sociais. É vista como educação política voltada ao desenvolvimento sustentável (Pereira, Guerra, 2008 *apud* Abílio *et al*, 2010).

SUSTENTABILIDADE

Na concepção de Seiffert (2011), a sustentabilidade só é efetiva quando não há predomínio de uma de suas dimensões sobre as demais. Visto que, isso acarretará em interesses de grupos isolados. A predominância dos imperativos das esferas ecológicas sobre a social e a econômica resultará numa perspectiva da ecologia profunda. Os imperativos da esfera ambiental e econômica dominando a esfera social resultarão no conservadorismo. A preponderância da esfera social e econômica sobre a ambiental resultará no crescimento econômico despreocupado com as questões ambientais elevando a depredação ambiental. Veja a Figura 1 que mostra o conflito das três dimensões.

A GESTÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE

Figura 1- Conflito das três dimensões da sustentabilidade



Fonte: Seiffert, 2011 p. 27.

É possível observar na figura 1 que estas dimensões são interligadas, tornando-se necessário a busca pelo equilíbrio entre ambas para que aconteça o desenvolvimento sustentável como mostra o Relatório *Brundtland*:

A satisfação das necessidades e aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. As necessidades essenciais de um grande número de pessoas nos países em desenvolvimento por comida, roupas, habitação e emprego não têm sido atendidas e, mais do que necessidades básicas, essas pessoas têm aspirações legítimas pela melhoria da qualidade de vida. Um mundo onde a pobreza e a iniquidade são endêmicas sempre estará sujeito a crises ecológicas e a crises de outra natureza. O desenvolvimento sustentável requer o atendimento das necessidades básicas de todos e a extensão a todos das oportunidades de satisfazer suas aspirações de uma vida melhor (Brundtland, 1987 *apud* Pereira *et al* 2012 p.71).

Na perspectiva de Sachs (1990 *apud* Andrade, 2004), o desenvolvimento sustentável envolve a prudência ecológica, a justiça social e a eficiência econômica. Portanto, não é apenas um problema de ordem econômica, mas envolve várias dimensões. O mesmo autor afirma que só ocorrerá a sustentabilidade se houver o equilíbrio entre essas dimensões.

A dimensão ecológica trata de ações para evitar danos ao meio ambiente causados pelo desenvolvimento, apresentando a substituição de recursos não renováveis por renováveis, preservação da biodiversidade e reduzindo as emissões de gases (Sachs, 2004 *apud* Barbieri, 2012). Esta por sua vez centraliza a preservação da diversidade genética, o aproveitamento sustentável das espécies e ecossistema, preservando os processos ecológicos. Seu foco está nos impactos que os homens têm causado através de suas atividades que afetam diretamente o meio ambiente (Pereira *et al*, 2012).

O pressuposto ecológico analisa a necessidade do uso de recursos para fins como: limitar o consumo de combustíveis fósseis, reduzir volumes de resíduos e poluição, impondo a conservação e reciclagem de energia e recursos visando a proteção ambiental. Com o crescimento contínuo estimulado pelas empresas modernas a tendência é a concentração de riquezas nas mãos de poucos gerando um crescimento concentrador. Surge a necessidade de haver um crescimento vindo do emprego e não do capital. O uso incorreto dos recursos na produção gerará o desperdício conseqüentemente, acontecerá à degradação ambiental através do esgotamento das reservas naturais e do aumento dos rejeitos como resíduos sólidos, emissões atmosféricas e entre outros (Seiffert, 2011).

Segundo Boff (2013) a terra tem sofrido agressões nos seus ecossistemas. Decorrente disso cabe impor imediatamente a sustentabilidade nos cinco componentes que a compõem: na geosfera, na hidrosfera, na atmosfera, na biosfera e na antroposfera referente à geosfera se faz necessário preservar os elementos geológicos que no decorrer dos anos têm sido afetados pela ação humana, alterando a química do planeta e suas estruturas geológicas. De fato só haverá sustentabilidade na geosfera se os homens comprometerem-se em buscar o princípio do zelo, da precaução e a responsabilidade universal.

Na concepção de Seiffert (2011), a dimensão econômica só será alcançada quando houver uma eficiência na alocação e gestão dos recursos, como também um fluxo regular de investimento público e privado. Sendo indispensável à valoração dos recursos naturais no processo produtivo. Conforme Boff (2014), o atual sistema capitalista é ganancioso gerando injustiça ecológica e social. A humanidade encontra-se dividida em uma minoria de abastados e em uma maioria que é empobrecida. Portanto, para se ter uma vida sustentável é imprescindível consumir sobriamente de modo que a natureza seja poupada, seus recursos e as futuras gerações portem do direito de consumir.

De acordo com Binswanger (1997), a sustentabilidade é vista como uma alternativa ao crescimento econômico. Esta vem caracterizando crescimento e harmonizando a importância da preservação ambiental e o desenvolvimento econômico. Ao se tratar de desenvolvimento econômico, destacam-se duas visões, a otimista e a pessimista sobre as modificações feitas no meio ambiente. Os otimistas admitem que as sociedades, quando buscam o crescimento econômico, a princípio, destroem o meio ambiente, porém ao torná-las ricas, procuram reparar os danos causados. Porém, na visão dos pessimistas, a sociedade terá que se desprender do crescimento econômico, caso esta queira prorrogar sua existência no planeta (Veiga; Zatz, 2008 *apud* Lima, 2012).

A GESTÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE

A dimensão social é tida como um processo de desenvolvimento sustentado por pessoas que centralizam a equidade na distribuição de renda, com intuito de reduzir as diferenças do padrão de vida entre os que possuem maior riqueza com os não abastados (Seiffert, 2011). Para Guimarães (1995 *apud* Andrade 2004) nos países do Sul, em que há exclusão social e desigualdades, deveriam ter critérios como justiça distributiva para a distribuição de bens e serviços e aplicar a universalização da cobertura para políticas relacionadas à seguridade social, educação, saúde.

METODOLOGIA

No que se refere aos seus procedimentos, a presente pesquisa parte de estudo bibliográfico e de campo. Conforme Gil (2002) quase todos os estudos exigem um trabalho de natureza bibliográfica. Leite (2008) acrescenta que tal pesquisa serve de alicerce para o fundamento do estudo, tendo por base a coleta de informações em livros, artigos e documentos. Dessa forma, permite ao pesquisador reforçar a manipulação de suas pesquisas. Além disso, o estudo também tem caráter de pesquisa de campo, que conforme Gil (2002) demonstra um estudo profundo, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. Por meio da observação ou montagem de situações, sejam físicas ou materiais, coletam-se dados, exigindo uma carga extra de trabalho para a escolha de processos que interessam ao pesquisador (Santos, 2006).

Sendo assim, busca-se aprofundar o conhecimento sobre determinado tema, bem como possibilitar relações com a elaboração de outras pesquisas. Desse modo, quanto sua finalidade se constitui a pesquisa como básica estratificada. Já no que se refere ao seu objetivo, a mesma tem caráter descritivo, diante Gil (2002, p.42) “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relação entre variáveis”. Para tanto, a abordagem do estudo tem cunho qualitativo. Para o mesmo autor a abordagem qualitativa é um processo em que o estudo é detalhado de forma que se obtenham informações fidedignas sobre o objeto de estudo, grupo social, fenômenos da realidade (Gil, 2002).

A técnica utilizada para a coleta de dados foi a aplicação de uma entrevista não estruturada. De acordo com Cervo e Bervian (2002 *apud* Oliveira, 2011), a entrevista é caracterizada como um dos principais instrumentos para a coleta de dados. É definida como uma conversação face a face para a obtenção de informações. Diante Richardson (2012) tal instrumento permite o desenvolvimento de uma relação estreita entre as pessoas, sendo esse um fundamental elemento na pesquisa em Ciências Sociais. Assim, a aplicação do estudo foi

realizada em duas escolas municipais, Professor Doutor Amaro Fernandes de Oliveira Sobrinho (Escola Municipal 1), e na Escola Severino Farias (Escola Municipal 2), bem como em duas escolas privadas, Pequenos Brilhantes (Escola privada 1) e na Escola Caminho do Saber (Privada 2). situadas no município de Surubim, integrante do Agreste Setentrional de Pernambuco. A entrevista foi composta por 6 questões direcionadas ao gestor da escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

São apresentados neste espaço, os resultados obtidos sobre a aplicação da EA à luz da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) no âmbito escolar.

Tabela 1- Entrevista: Escolas Privadas

QUESTÃO	RESPOSTA – Gestor (Escola 1)	RESPOSTA –Gestor (Escola 2)
1- O Sr(a) já possuía conhecimento acerca da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA)?	Não tenho conhecimento sobre as políticas, mas já li alguns documentos sobre o meio ambiente.	Sempre ouço falar.
2- A Educação Ambiental é trabalhada na escola? De que forma?	Sim. Nós fazemos trabalhos dentro da sala de aula por meio de pesquisas e até mesmo dentro do conteúdo do livro didático. Às vezes fazemos as discussões sobre o meio ambiente com trabalhos, pesquisas que estão mais voltadas para as aulas de ciências.	Não. Nós trabalhamos com projetos em outras disciplinas como matemática, português. Às vezes, em sala de aula, o professor passa alguma pesquisa relacionada ao meio ambiente. Eles têm liberdade para trabalhar da forma deles. Não é algo focado para todos os professores, em um mesmo dia, um mesmo projeto, não. É trabalhado de acordo com os assuntos que estão no livro. Não há algo focado, ou trabalhos com projetos.
3 – Existe alguma determinação da Secretaria de Educação para a escola trabalhar a Educação Ambiental?	Não. Nunca houve determinações.	Não. O que sempre vem para nós são convites para palestras e outras coisas. Mas nada a respeito dessa área.
4 – Os educadores recebem alguma capacitação no intuito de se atualizarem na área ambiental?	Não. Aqui não se tem esse tipo de capacitação.	Os professores possuem capacitação para o ano letivo, focado para a parte de planejamento. Agora, voltado diretamente para a área ambiental não fazemos.
5 - A partir da prática da Educação Ambiental nas escolas, é possível construir sociedades sustentáveis?	Sim. Mesmo a escola não trabalhando a EA, sou consciente que a EA é muito importante para desenvolver pessoas preocupadas com o meio ambiente.	Sim. Para os alunos crescerem mais equilibrados e mais informados sobre as questões ambientais.

A GESTÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE

6 - A escola possui algum trabalho de Educação Ambiental com a comunidade ao redor?	Não.	Não. Já foram realizados trabalhos na escola com sucatas, mas apenas os pais foram convidados para apresentação, dentro da escola.

Fonte: Própria (2020).

Tabela 1- Entrevista: Escolas Municipais

QUESTÃO	RESPOSTA – Gestor (Escola 1)	RESPOSTA – Gestor (Escola 2)
1- O Sr(a) já possuía conhecimento acerca da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA)?	Não. Já li sobre meio ambiente, porém não aprofundado sobre políticas.	Não de maneira aprofundada. Apenas leituras.
2- A Educação Ambiental é trabalhada na escola? De que forma?	Primeiramente, fica mais à parte dos professores de ciências no trabalho em sala a questão da reciclagem. Ano passado, a secretaria de educação pediu que fizéssemos ações que diminuíssem o uso de energia e também de água para que essa consciência fosse passada para os alunos. Foi enviado à secretaria um projeto que trata sobre o uso sustentável da água e prevenções de doenças. Através de gincanas, especificamente na semana do estudante, trabalhadas de modo interdisciplinar, os professores expuseram a questão da consciência ambiental. Há também coleta de papéis, sacolas plásticas, pelos alunos e enviados ao grupo Kairós, que é uma instituição, a qual faz o recolhimento de materiais reciclados.	Sim. É trabalhada em algumas disciplinas de acordo com o conteúdo preparado pelo professor. Especificamente, no EJA médio campo (Educação de Jovens e Adultos), é trabalhado em todas as disciplinas e também possui a de campo, que trabalha a agricultura familiar. As aulas teóricas são realizadas na sala e a prática, no campo. A prática é geralmente realizada na casa do aluno, onde há espaço para fazer os canteiros, geralmente se faz mais horta suspensa e canteiros. Tem o objetivo de ensinar o aluno a conhecer a agricultura familiar e todas suas etapas. Os alunos aprendem como cultivar sem agrotóxicos e ter esses alimentos em sua mesa.
3 – Existe alguma determinação da Secretaria de Educação para a escola trabalhar a Educação Ambiental?	Há apenas a determinação na redução da energia, do lixo e da água.	Se os professores elaborarem os projetos e os enviar para a Secretaria, então a mesma enviará os recursos necessários para a realização dos projetos. Não tem como o aluno ir ao campo sem as ferramentas necessárias. Sempre que se faz o projeto eles enviam os recursos. Nesse final do curso não tivemos os recursos, visto que enviamos o projeto bem no final do curso, mas sempre chegam.
4 – Os educadores recebem alguma capacitação no intuito de se atualizarem na área ambiental?	Não. Esse ano não teve nenhuma capacitação direcionada a esse tema.	Nesse ano e no ano passado não houve capacitação, mas em 2012 foram realizadas capacitações para se trabalhar essas temáticas ambientais, principalmente com o ensino fundamental.

<p>5 - A partir da prática da Educação Ambiental nas escolas, é possível construir sociedades sustentáveis?</p>	<p>Não só dentro das escolas, mas a família, a sociedade também deve se envolver. Infelizmente, a escola tem tomado para si funções que não é dela. Nós temos um inchaço muito grande da educação e as outras instituições acabam se ausentando do seu papel. É passado para a escolar ensinar, educar valores, formar para o trabalho. Uma única instituição não está preparada para fazer tudo isso sozinha. Então, a EA deve ser difundida na escola, na família, nas igrejas. A escola direciona, porém se tem a necessidade de outras parcerias. Se nós transferirmos a EA apenas para a escola, não teremos os objetivos alcançados, mas se houver a participação de outras instituições, conseguiremos formar sociedades sustentáveis.</p>	<p>Com certeza. As pessoas podem ter seus alimentos mais naturais e sem agredirem o meio ambiente. As pessoas vão aprender a cultivar sem poluir tanto o meio ambiente e assim poderemos ser sustentáveis.</p>
<p>6 - A escola possui algum trabalho de Educação Ambiental com a comunidade ao redor?</p>	<p>Temos apenas com a escola. Nós pedimos às crianças que difundam essa conscientização ambiental que trabalhamos aqui. Questões como a diminuição do lixo, da água, da energia, mas não diretamente com a comunidade. Nós mostramos aos pais que eles têm participação nessa construção da consciência ambiental. Mas, infelizmente não há participação da família e nem da sociedade.</p>	<p>Não.</p>

Fonte: Própria (2020).

Tabela 2 Entrevista Professores Escola Municipal 2 e Privada 1

QUESTÃO	Professor (Privada 1)	Professor (Municipal 2)
<p>1- A escola trabalha a educação ambiental? Como é trabalhada?</p>	<p>Acredito que sim. Porque a gente procura ensinar os alunos a terem hábitos saudáveis, dar importância aos recicláveis, separar o lixo em casa.</p>	<p>Através das aulas de Geografia e Ciências. Sempre o conteúdo vem tratando o meio ambiente.</p>
<p>2- Qual sua perspectiva sobre sociedade sustentável?</p>	<p>Uma sociedade que usa os recursos ambientais de forma consciente, econômica.</p>	<p>É uma sociedade que consegue satisfazer suas necessidades. E, não polui, busca reciclar, coleta lixo corretamente e incentiva os outros.</p>
<p>3 – Os trabalhos de Educação Ambiental contribuem para uma sociedade justa socialmente e ambientalmente equilibrada?</p>	<p>Sim. (não soube explicar)</p>	<p>Se o trabalho for construindo de forma crítica, trará contribuição. Os trabalhos que levam os alunos a refletirem sobre suas ações no meio ambiente para que seus comportamentos sejam mudados, contribuirá para aquilo que se está objetivando.</p>

A GESTÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE

4 – Pra você, qual a relação entre a Educação Ambiental e a Sustentabilidade.	As duas estão entrelaçadas contribuindo para a preservação do meio ambiente. São bastante importantes para termos uma sociedade sustentável, pois é por meio da educação que a sustentabilidade é disseminada.	Eu acredito que uma das vertentes da Educação Ambiental é a que visa o desenvolvimento de atitudes sustentáveis. Assim sendo, a Educação Ambiental potencializa uma sociedade que adota práticas de Sustentabilidade em seu dia a dia.
5 – Seria necessário algum projeto para que a sustentabilidade seja trabalhada nas escolas? Quais você citaria?	Sim, projetos de sequência didática trabalhadas de forma interdisciplinar ou ainda projetos pedagógicos e, a inclusão do tema de forma mais abrangente, dentro das aulas das disciplinas curriculares.	Sim, primeiro é preciso que os professores tenham a devida formação para tal. Caso não haja essa formação, é necessário que a coordenação promova alguma capacitação para que os professores estejam aptos para desenvolver o projeto a fim de cumprir o objetivo esperado. Só posteriormente estender esse projeto a toda comunidade escolar.

Fonte: Própria (2020).

Tabela 3 Entrevista Professores Escola Privada 2 e Municipal 1

QUESTÃO	Professor (Privada 2)	Professor (Municipal 1)
1- A escola trabalha a educação ambiental? Como é trabalhada?	Sim. Nas aulas de ciência são trabalhadas atitudes que buscam a conservação do meio ambiente e saúde de qualidade para a população.	A escola não possui um projeto coletivo sobre Educação Ambiental. No entanto, fica a critério de cada professor desenvolver suas aulas da forma que achar mais pertinente de acordo com os conteúdos abordados, desta forma, se Educação Ambiental for um dos conteúdos programáticos para uma dada série, ele será desenvolvido seguindo os critérios adotados pelo professor da turma.
2- Qual sua perspectiva sobre sociedade sustentável?	Na minha concepção uma sociedade sustentável é uma sociedade que se preocupa com questões ambientais desde as mais simples que podem ser executadas por todos os cidadãos, até as de caráter mais complexo que é responsabilidade da liderança da comunidade.	Definiria como uma sociedade que busca preservar o meio ambiente. Seja economizando água, não jogando lixo nas cidades, incentivando a repor aquilo que se tirou da natureza, reciclando o que se pode ser útil evitando retirar mais recursos naturais.
3 – Os trabalhos de Educação Ambiental contribuem para uma sociedade justa socialmente e ambientalmente equilibrada?	Sim, pois a educação sempre esteve presente na vida de cada ser que habita na sociedade.	Sim, pois dessa forma é possível que, as pessoas conheçam ou desenvolvam hábitos ambientalistas de forma mais consciente, o que certamente colabora para a formação de um cidadão crítico e preocupado socialmente com o desenvolvimento sustentável de sua cidade, estado ou país (planeta).
4 – Pra você, qual a relação entre a Educação Ambiental e a Sustentabilidade.	Ambas relacionam-se de forma direta, porque permitem o conhecer e desenvolver ações que permitem a manutenção de vida no planeta sem agredir o meio ambiente, como, por exemplo, a exploração de recursos minerais e preservação de áreas verdes e etc.	Em mente, a educação ambiental é voltada para a sustentabilidade que prevê diminuir os danos ao meio ambiente. Com a Educação Ambiental pode se tornar possível o desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades, valores e atitudes, visando à melhoria da qualidade ambiental e, efetivamente, a

		elevação da qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.
5 – Seria necessário algum projeto para que a sustentabilidade seja trabalhada nas escolas? Quais vocês citaria?	Sim, com certeza. A forma como nos relacionamos com o meio ambiente à nossa volta está diretamente ligada à qualidade de vida que nós temos. Dessa forma, é função da escola usar intensamente o tema “meio ambiente” através de ações reflexivas, práticas ou teóricas, para que o aluno possa aprender a amar e respeitar tudo que está a sua volta tendo, desde a mais tenra idade, a responsabilidade e respeito para com a natureza.	Sim. Projetos como a prática sustentável que se pode utilizar na escola de modo coletivo ou individual, campanhas de reciclagem e o uso consciente da água.

Fonte: Própria (2020).

Conforme as respostas expostas na Tabela 1, é possível verificar que os diretores não possuem conhecimento aprofundado sobre a lei ou programas relacionados ao tema. O gestor da Escola Pública 1 realizou leituras superficiais a respeito do tema. Já o diretor da Escola Pública 2 obteve conhecimento dos documentos que foram ratificados nas conferências sobre o meio ambiente, mas as políticas não são de seu conhecimento. O gestor da Escola Privada 1 afirma que só lê apenas temas referentes ao meio ambiente, porém sobre políticas públicas ou programas não tem conhecimento. Por sua vez, o diretor da Escola Privada 2 afirma que sempre ouve falar a respeito dessas políticas, programas voltados à temática.

Com relação à segunda questão, o gestor da escola municipal, ainda, acrescentou que no prisma da coleta de lixo os professores do 5º ano também trabalham esse tema por meio de atividades em sala conforme o conteúdo, do qual o livro didático pede para ser trabalhado. Assim, são feitos trabalhos nas salas sobre a conscientização. Anos anteriores, foi desenvolvido um projeto que tinha o intuito de conhecer a comunidade e aspectos relacionados à realização de coleta seletiva, se o esgoto estava sendo tratado, e se a população respeitava o meio ambiente em questão de não jogar lixo.

Diante do exposto, é perceptível que a Educação Ambiental é pouco trabalhada no ambiente escolar. Restringe-se mais à disciplina de ciências e às pesquisas de modo aleatório, isto é, não é uma temática explorada de forma aprofundada, mas sim, desenvolvida em momentos específicos. Conforme a política de educação ambiental deve ser trabalhada de modo contínuo, objetivando uma compreensão da integração dos aspectos ecológicos, legais, políticos, culturais e éticos. Não deve ser trabalhada como disciplina específica, mas de modo interdisciplinar. Portanto, são notórias algumas divergências entre as ações realizadas pelas gestões em estudo e às diretrizes da lei nº 9.795/99.

A GESTÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE

De acordo com a resposta referente à terceira questão, nota-se que não há determinações específicas para os gestores atuarem na área ambiental. Ocorre atuação da secretaria no que se refere a determinações sobre a redução dos recursos utilizados nas escolas e os recursos materiais que os alunos necessitarão para desenvolver as atividades. À luz da lei, o Poder Público, em nível municipal, estadual e federal, deverá fomentar a ampla participação das escolas, campanhas educativas e programas. Sendo assim, é pertinente a ação da Secretaria de Educação para o desenvolvimento da temática ambiental nas escolas.

No que diz respeito à quarta resposta, pode-se concluir que a capacitação dos professores no que concerne à área ambiental, não é realizada como a legislação norteia. O diretor da escola municipal afirma que neste ano não foram realizadas as capacitações necessárias para o desenvolvimento da temática, apontando que as realizaram anos anteriores. Bem como, na escola privada, também não houve capacitação na área. Sendo assim, avaliando a postura dos gestores à luz da política, verifica-se que suas atuações se encontram em desacordo com o Art. 8º, §2º e seus Incisos I, II, III, IV, que norteiam a capacitação de educadores, dos profissionais, incorporando a dimensão ambiental às suas áreas de especialização, formação e atualização. Os educadores precisam ser preparados para as atividades de gestão ambiental.

Do ponto de vista dos quatro diretores, a temática em estudo é pertinente para a construção de sociedades sustentáveis. O gestor da Escola 1 diz que ao praticarem o projeto, as pessoas serão instigadas a estarem em contato com a natureza sem poluí-la e obterão alimentos saudáveis para seu próprio consumo. O diretor da Escola 2 defende que a família, as igrejas e as outras parcerias são indispensáveis ao alcance de sociedades sustentáveis. Isto é, não é só a escola que possui essa responsabilidade de disseminá-la, mas toda a sociedade. As Escolas Privadas reconhecem a pertinência do tema no ambiente escolar para que se construam pessoas responsáveis com o meio em que vivem.

Na perspectiva de interação indagada na última questão, percebe-se que a escola municipal não realiza qualquer tipo de ações ambientais com a comunidade. Porém, afirma que pedem aos seus alunos que disseminem em casa o que é trabalhado na escola. Assim, nota-se que existe uma restrição da temática ao ambiente escolar. Nesse contexto, conforme a interpretação dos dados expostos, podemos destacar que não há desenvolvimento desse tema como deveria ser, com base no que se destaca nos objetivos propostos na lei.

Na Tabela 2, pode-se perceber que a Educação Ambiental é pouco trabalhada, apenas nas aulas de ciências e geografia. Por lei, os professores devem ser capacitados para desenvolverem atividades que culmine nos objetivos norteados. Foi analisado o Regime escolar

interno e não constatamos projetos ou trabalhos voltados para o meio ambiente. Portanto, é imprescindível que os professores possuam apoio e capacitação para desenvolverem a temática nas suas aulas não se restringindo às aulas de ciências e geografia.

Na questão 2, acredita-se que os professores possuem certo conhecimento sobre uma sociedade sustentável, porém não há aprofundamento concernente às políticas. Outro ponto pertinente, os professores veem a importância dos projetos, porém ainda há dificuldade em desenvolver a temática. Por outro lado, o professor municipal aponta o senso crítico como chave para a contribuição ambiental. Conforme expuseram, percebe-se que os professores acreditam que a sustentabilidade e a Educação Ambiental estão correlacionadas e juntas colaboram para um meio ambiente com qualidade. No ponto de vista de cada um é possível perceber, em unanimidade, a confiança na interdependência de ambas para que de fato haja atitudes sustentáveis e conseqüentemente forme-se uma sociedade sustentável. Por fim, entende-se que os professores reconhecem a necessidade dos projetos para implantar a sustentabilidade. É citada a precisão da capacitação para os educadores desenvolverem os projetos.

Conforme evidencia a Tabela 3, os professores ao serem questionados acerca da forma como é trabalhada a educação ambiental, não há a interdisciplinaridade apontada pela lei, mas fica restrita às aulas de ciências e à condução do professor no planejamento da aula. Ambas as escolas se distanciam das propostas apresentadas na Política.

Conforme as respostas da segunda questão, os professores acreditam em sociedades sustentáveis a partir de práticas de zelo no meio ambiente como cuidados cotidiano nas simples ações. Contudo, há uma percepção de que os docentes não se aprofundam em leituras acerca da temática aqui discutida,

Respondendo a questão três, o professor da escola privada teve um argumento superficial, não soube expor com coerência a ligação da educação ambiental e a construção de uma sociedade sustentável. Por sua vez, o professor da escola municipal menciona a educação ambiental como importante para construir ações conscientes, tornando cidadãos críticos e envolvidos no desenvolvimento sustentável de sua cidade.

De acordo com o exposto na quarta questão, os professores acreditam que a partir da educação ambiental é possível alcançar a sustentabilidade, estão relacionadas de modo que a educação é caminho para o desenvolvimento de ações sustentáveis.

Por fim, na última questão, foi exposto a importância da execução de projetos desenvolvidos na área ambiental nas escolas de modo que os alunos desenvolvam sensibilidade e o respeito pela natureza. Dessa forma, ambos afirmam a necessidade de projetos ambientais, embora seja perceptível que as escolas em estudo não seguem as diretrizes da política estudada.

A GESTÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE

CONCLUSÃO

A Educação Ambiental instiga a mudança de comportamento dos seres humanos, dos seus estilos de vida para a conservação do nosso bem público comum a todos, como também tem o objetivo de apontar o meio ambiente em sua totalidade, observando a interdependência entre o ambiente natural, o cultural, o sócio-econômico se baseando na sustentabilidade. Para a construção de novas posturas, é relevante que os gestores das escolas conheçam-na e os demais programas que norteiam a aplicação da mesma, visando à eficiência desta e um futuro sustentável.

A escola é uma instituição que possui a responsabilidade de trabalhar a sustentabilidade no intuito de formar cidadãos com uma consciência crítica a respeito da problemática ambiental e social, através de novos valores e princípios, incentivando a participação coletiva ou individual para preservar o meio ambiente, compreendendo a defesa do meio ambiente como um valor presente no exercício de cidadania. Logo, a figura do gestor é indispensável, pois ele é o responsável por incentivar o desenvolvimento desse tema dentro do ambiente escolar. Para isso, o gestor possui como instrumento norteador as Políticas Públicas, dentre elas a Política Nacional de Educação Ambiental que foi instituída pela Lei 9.795/99.

No contexto do objeto de estudo, é perceptível que a Educação Ambiental é aplicada de forma mais frequente, seja por meio de incentivos da Secretaria de Educação, dos próprios professores. De acordo com a legislação em estudo, a Educação Ambiental deve ser permanente e contínua e estar presente nos currículos de ensino de modo interdisciplinar. A lei mencionada também afirma que os recursos humanos precisam de capacitações. Os professores devem possuir em sua formação ou especialização a dimensão ambiental para que os princípios e objetivos da lei sejam alcançados. A Política ainda ressalta que as escolas e universidades devem realizar atividades, programas que disseminem a temática na comunidade. Todavia, as escolas afirmam que não realizam nenhum tipo de trabalho com a comunidade para difundir as questões ambientais.

Ante os fatos apontados, é perceptível um conhecimento restrito dos gestores com a aplicação da Política Nacional de Educação Ambiental. É notório que a lei apresenta todas as normas, princípios e objetivos para desenvolvimento porém, na prática, os gestores não a implantam de modo eficiente como norteia a PNEA.

Diante do exposto, propomos aos gestores:

a) Buscar conhecimento aprofundado da legislação ambiental como também dos programas Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) e Programa de Educação Ambiental

de Pernambuco (PEA/PE), para uma aplicação e avaliação eficiente da Educação Ambiental na escola;

b) Promover a formação dos docentes sobre conteúdos relacionados na área ambiental, através de cursos disponibilizados gratuitamente por meio da internet, como os cursos sobre sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (Sustentabilidade no dia a dia: orientações para o cidadão - 12h; Sustentabilidade um valor para a nova geração: orientações para o professor do ensino fundamental - 15h; Sustentabilidade orientada para os negócios: orientação para os gestores –10h). Disponível no link: <http://www5.fgv.br/fgvonline/Cursos/Gratuitos/>.

c) Formular trabalhos que envolvam a interdisciplinaridade. Os professores e os alunos podem conhecer a realidade local ou os problemas atuais e discutirem as possíveis soluções através da construção de trabalhos na escola.

Nesse contexto, entendemos ter alcançado os objetivos propostos neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, F. J. P. ,& MACHADO, M. G. **Educação Ambiental no Bioma Caatinga:** formação continuada de professores de escolas públicas de São João do Cariri, Paraíba. Pesquisa em Educação Ambiental, vol. 5, n. 1 – pp. 171-193, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Digital/Downloads/30090-34927-1-PB.pdf>. Acesso em: 17 jan 2016.

ANDRADE, I. A. L. **Planos de desenvolvimento sustentável no Nordeste:** uma análise comparativa. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1877%3Aplanos-de-desenvolvimento-sustentavel-no-nordeste-uma-analise-comparativa-&catid=58&Itemid=414. Acesso em: 07 fev 2016.

BARBIERI, J. C. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável:** da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2012.

BINSWANGER, H. C. **Fazendo a sustentabilidade funcionar.** In: Cavalcanti, Clóvis (Org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 4. ed. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é:** o que não é. 2º Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRASIL. **Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999.** Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm Acesso em: 20 jan 2020.

____Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro091.pdf>. Acesso em: 5 fev 2020.

____Ministério da Educação. **Vamos cuidar do Brasil:** conceitos e práticas na educação ambiental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>. Acesso em: 07 ago 2020.

A GESTÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE

GADOTTI, M. **Ecopedagogia e educação para a sustentabilidade**. Disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/det/palestra3_eco_educacao_sustentabilidade_gadotti_1998.pdf. Acesso em: 09 ago 2016.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEITE, F. T. **Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros**. São Paulo: Ideias & Letras, 2008.

LIMA, A. K. T. **A Política Nacional de Resíduos Sólidos no município de limoeiro – Pernambuco, Brasil. 2012**. 129f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável) –Universidade de Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em:

http://www.files.scire.net.br/atric/upegdls_upl/THESIS/13/dissertao_andrea_karla_trav.pdf. Acesso em: 12 set 2016.

LUCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba, PR. Positivo, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Digital/Downloads/dimensoes-gestao-escolar.pdf> Acesso em: 21 nov 2019.

MARCONI, M. A. , & LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5º Ed. São Paulo. Atlas, 2003. Disponível em:

https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india. Acesso em: 23 jan 2016.

MARRA, T. **A educação ambiental no ensino fundamental: novas dimensões a partir da teoria da complexidade**. 2007. 164f. Dissertação Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em:

http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20007/1/2007_ThaisMarra.pdf. Acesso em: 8 jan 2016.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Disponível em:

https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf Acesso em: 21 dez 2020.

PEREIRA, Adriana *et al.* **Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2011.

PRONEA. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. Brasília, 2005. Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/pronea3.pdf. Acesso em: 18 jan 2016.

REIS, L.C.L *et al.* **Conscientização Ambiental: da educação formal a não formal**. Revista Fluminense de Extensão Universitária, v. 2, n. 1, p. 47-60, jan/jun., 2012. Disponível em: <http://www.uss.br/pages/revistas/revistafluminense/v2n12012/pdf/005-Ambiental.pdf>. Acesso em: 21 jan 2016.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, A. R. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 6º Ed. Rio de Janeiro, 2006.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão Ambiental**. 2º Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

BRASIL, 1999

VEIGA, J. E. , &Zatz, L. Desenvolvimento Sustentável: que bicho é esse? Campinas / SP: Autores Associados, 2008.

WOFF, R. A. P. Educação Ambiental e Gestão Escolar: A Responsabilidade Social frente aos novos paradigmas da complexidade. Disponível em: <http://repositorio.unicentro.br/bitstream/123456789/496/1/Educa%C3%A7%C3%A3o%20ambiental.pdf>. Acesso em: 20 dez 2019.